

Notas de Apresentação

Este n.º 5 da revista *Desenvolvimento e Sociedade* (D&S) sai num momento particular da existência da publicação. Fez no passado dia 1 de Novembro de 2018, três anos ininterruptos de publicação efetiva, com uma média de dois números por ano, exceto no ano de lançamento da revista.

Revista eletrónica e em papel, que tem como finalidade publicar trabalhos científicos das diferentes áreas das ciências sociais, e que num contínuo reconhecimento dos seus conteúdos científicos, em menos de três anos de edição, foi classificada como revista indexada.

Publicámos diversos artigos de reflexão temática, relatos de investigação, trabalhos conducentes a tese de doutoramento e outras experiências práticas. Tratam-se de trabalhos que reforçam e justificam não só a razão lógica da nossa aposta no domínio da interdisciplinaridade das ciências sociais, mas sobretudo, ajudam-nos a elucidar com novos olhares os processos de ruturas com o senso comum, a desconstrução dessas pré-noções e a pluralidade dos obstáculos epistemológicos que teimam persistir nas investigações sobre a realidade social.

Ao longo destes três anos fomos constatando um incremento do interesse de muitos investigadores, nacionais e estrangeiros, sérios ou juniores, na leitura dos artigos publicados e na submissão das suas propostas de publicação. Infelizmente, não foi possível acolher todas as solicitações, por imperativos de política editorial.

O mercado das publicações, no formato físico ou *online*, está repleto de revistas científicas da área das ciências sociais. Não corremos atrás da mera indexação, embora haja o desejo que a D&S seja um dia classificada com fator de impacto. Por ora, temos responsabilidades editoriais por estarmos classificada e indexada no Diretório e Catálogo do *Latindex* com o número de Folio 26777, pelo que pretendemos apenas assegurar o necessário rigor científico dos

trabalhos publicados, embora como é natural, “*As opiniões expressas nos artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores. Os coordenadores declinam toda e qualquer responsabilidade pela utilização não autorizada de conteúdos ou imagens, por parte dos autores dos textos aqui incluídos, que violem e deixam de observar os direitos de autor*”.

Neste n.º 5 D&S, continuamos a privilegiar a divulgação de trabalhos interdisciplinares das ciências sociais, apresentando os autores temas dos mais variados quadrantes que cruzam com os aspetos sociais, culturais, jurídico-políticos, religiosos, artístico-lúdico-turísticos, desportivos e gestionários, entre outros. Neste número dêmos ainda um maior espaço para divulgar artigos (*research papers, short papers*) desenvolvidos por jovens doutorandos, uns em autoria e outros em coautoria com os seus orientadores, apresentando temas relacionados sobre as redes sociais e a saúde, o idioma no contexto da mobilidade transfronteiriça, e algumas notas concetuais sobre o olhar foucaultiano sobre o envelhecimento e os idosos institucionalizados, entre outros. Os trabalhos destes jovens revelam a vitalidade, quer dos seus investimentos no âmbito dos cursos de doutoramentos, quer das estratégias de ação do CICS.NOVA.UÉvora que tem procurado estimular o acolhimento de trabalhos inéditos e na divulgação pública das produções de todos aqueles que se encontram enquadrados neste centro para o desenvolvimento dos seus projetos e trabalhos conducentes à tese de doutoramento em sociologia e afins. Como se pode imaginar, não tem sido uma tarefa fácil, mas tem sido inegavelmente muito desafiante.

No presente n.º 5 D&S, abrimos com um artigo intitulado “*Enquadramento jurídico-político da violência de género em Portugal: da inscrição da violência à voz da vítima*”, da autoria de Paulo Fontes. Trata-se de um artigo que aborda uma temática muito atual, pois é sobejamente conhecida que a violência doméstica teima persistir nos espaços privados da esfera social portuguesa. O autor contextualiza “a evolução do orde-

namento jurídico-político português na salvaguarda da igualdade de gênero e na luta contra a violência doméstica” (p7). Em concreto, ao longo do seu artigo, o autor procura indagar e contra-argumentar “algumas limitações humanas da construção jurídica e averiguar a influência das crenças e representações sociais na aplicação da lei ou nas omissões em relação às situações de violência de gênero, percebendo-se o caminho que falta percorrer na aplicação do Direito à igualdade de gênero, justificando uma luta feminista renovada na reconfiguração teórica e prática da justiça e do próprio Direito” (p7). Vale a pena deter um pouco de atenção neste trabalho, pois tal como é referido no resumo, “Por fim, é dedicada importância à voz da vítima como parte fundamental em todo o processo de restabelecimento de justiça e onde se salienta a importância da interpretação do sofrimento para estabelecer uma solidariedade interpessoal, com vista a ampliar a nossa responsabilidade perante a violência” (p.7).

O segundo artigo, intitulado “*A religião à luz da diversidade cultural*” da autoria de Jorge Moniz, aborda com elevada acuidade epistemológica um outro tema com bastante controvérsia na atualidade. Diz-nos o autor que “As migrações internacionais e, por consequência, o transnacionalismo cultural sugerem a construção de um quadro social gradualmente mais diverso e com impactos em muitos aspetos da vida cultural das sociedades modernas. Neste artigo, sugerimos o reconhecimento de novas grades analíticas – como a diversidade cultural – no estudo do religioso, mas também a construção de um índice de diversidade capaz de ser correlacionável com outras dimensões de religiosidade.” (p.17). Segundo o autor, para uma melhor compreensão do fenómeno religioso nas diferentes modernidades, importa indagar novas análises da diversidade cultural que tomem em atenção quatro dimensões teóricas: etnia, língua, religião e local de nascimento. Argumenta ainda o autor que “Acreditamos que a mudança no rumo das pesquisas atuais (que olhem para a diversidade cultural) e a procura por categorias de análise mais atuais, neutras (como a diversidade) e sofisticadas (que englobem elementos empíricos estatísticos) serão responsáveis por ganhos epistemológicos na resposta à questão sobre que processos da modernidade” (p.29)

Jean Carlos Santos apresenta-nos um trabalho subordinado ao título de “*Sujeitos, música e carnaval sertanejo no interior de Goiás (Brasil): manifestações artística, lúdica e reveladora de particularidades*”, onde aborda a problemática e a importância da música sertaneja nas dinâmicas sócio espaciais e culturais do interior brasileiro, nomeadamente as relacionadas com as festas carnavalescas do interior do Estado de Goiás (Brasil). Trata-se de um estudo focado nas particularidades da microrregião de Quirinópolis, composta pelos municípios de Quirinópolis, Gouvelândia, Cachoeira Alta, Caçu, Itarumã, Paranaiguara, Itajá, São Simão e Lagoa Santa. Em síntese, um artigo que relata uma experiência vivencial que nos ajuda a compreender não só as manifestações e os festejos de carnaval nas pequenas cidades do interior do Brasil, mas também oferece ao leitor uma percepção das implicações das festividades em tais territórios, mormente no que diz respeito à “inserção das músicas sertaneja e caipira em todos os momentos festivos da região estudada” (p.35).

A importância da avaliação da qualidade dos projetos e eventos desportivos é um tema abordado por Jorge Guerra, num artigo intitulado “*Gestão da Qualidade Total de acordo com o Modelo EFQM: a auto avaliação dos Eventos Desportivos no Município de Loulé*”. Ao longo do seu trabalho e adotando uma linguagem das ciências de gestão, o autor explicita as razões, os objetivos, os indicadores e demais procedimentos relacionados com a avaliação de eventos. Através de uma matriz de autoavaliação, o autor demonstra a validade dos processos avaliativos realizados nos eventos desportivos do município de Loulé, clarificando a sua importância para a melhoria do desempenho dos eventos em si. Tal como o autor refere, “avaliar é fundamental para a melhoria contínua do evento. É através deste processo que se conseguem as indicações necessárias que servirão de base a uma melhor aprendizagem e aperfeiçoamento dos eventos” (p.51). Independentemente da aplicação dum *Modelo EFQM* ou outro, avaliar e autoavaliar é sem sombra de dúvidas um contributo significativo para auxiliar a melhoria dos processos de tomada de decisão na organização, planeamento e implementação de eventos desportivos, numa perspetiva de melhoria conti-

nua e de otimização da qualidade dos eventos desportivos.

A importância do domínio de uma segunda língua estrangeira, dito no sentido de idioma do “outro”, enquanto “instrumento de dinamismo mobilizador, capaz de criar um poder relacional gerador de cadeias de interação” (p.61) nos processos de cooperação e de desenvolvimento transfronteiriço, é um tema tratado no trabalho de Graça Viegas, intitulado “*Mobilidade(s) no espaço fronteiriço e o efeito de chamada do idioma do Outro*”. Neste artigo a autora argumenta ainda que no espaço da União Europeia, “marcado por identidades várias, em que coexistem modos de vivência social e cultural diversos, ao ser uma construção identitária de uma comunidade, o idioma é um referente cultural, que dotado de elementos intangíveis, traduz criações e recriações, suporta novas criações e é elemento facilitador de integração nessa mesma comunidade” (p.61). Por conseguinte, conhecer e dominar o idioma do outro, não é alheia a estratégias de regulação das relações sociais, na medida em que pode funcionar como “uma pré-condição para gerar capital social, já que esse capital social, por sua vez, provoca a pertença a diferentes grupos, o que beneficia os seus diversos membros. É igualmente, um instrumento de tecnologia social e acesso e usufruto de bens e serviços, já que a sua potencialidade, embora um recurso intangível, pode constituir-se como elemento redutor da “distância psicológica”, funcionando simultaneamente como “efeito de chamada”, já que o domínio do idioma do outro aproxima os indivíduos” (p.61).

Carla Santanita, em co-autoria com os seus orientadores Joaquim Fialho e Helena Arco, apresenta um trabalho intitulado “*Redes Sociais na Saúde. Uma Reflexão sobre a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados*”, onde sistematizam alguns aspetos concetuais da sua investigação no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia na Universidade de Évora, intitulada por “*As organizações em rede. Um olhar da sociologia sobre a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados na região Alentejo*”. Carla Santanita procura justificar a importância do seu trabalho, argumentando que “Olhando para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados sobre o ponto de vista de

uma rede constituída por diversos atores, (Equipas de coordenação local - ECL, Equipas de gestão de altas - EGA, Equipas de coordenação local – ECR, unidades de internamento – convalescença, média duração, longa duração e Paliativos) surge o interesse deste estudo, desolcultando as dinâmicas interorganizacionais que lhes estão subjacentes. Interagindo entre si numa dinâmica de interdependências com jogos de poder e influência através de mecanismos de cooperação onde cada um deles goza, apesar dos constrangimentos organizacionais e normativos, de uma margem de liberdade, para prestar cuidados de saúde a uma determinada população” (p.83). Embora, a autora esteja a trabalhar na sua tese com uma pluralidade de conceitos como a cooperação inter organizacional, estratégias de ação coletiva, atores-chave na rede, mudança organizacional e resistência organizacional, práticas de cooperação, análise de redes sociais e redes de apoio social, Carla Santanita dedica neste artigo, escudado no olhar dos seus orientadores, uma especial atenção na fundamentação teórico-metodológica da análise de redes sociais aplicada no campo da Saúde.

No trabalho intitulado “*Os tempos que se seguem em medicina. O meta-consentimento versus resiliência do individualismo: o filtro da recusa*”, João Vaz Rodrigues analisa criticamente com uma linguagem acutilante do campo das ciências jurídicas, a problemática do consentimento informado utilizado nas relações entre os profissionais de saúde e os pacientes. Tal como refere o autor, “As relações dos profissionais de saúde dependem do entendimento das mensagens, i.e, do esclarecimento dos pacientes” (p.101). Porém, o facto dum paciente conceder o seu consentimento, tal não significa que as práticas dos profissionais não possam estar moldadas de erros grosseiros de negligência. Aliás, obter um consentimento dum paciente, não significa ter carta branca para tudo, ou seja, “Reconhece-se que a informação plasmada em formulário e a racional experiência comum de seu uso mecânico, nada releva para além do meta-consentimento, que serve o objetivo de uma intervenção qualquer” (p.116). Assim sendo, “A emancipação efectiva, fiável, surge como um objectivo individual e como expectativa do que se pode esperar do nosso semelhante: que a sua autonomia se consagre e nos permita

agir igualmente, à nossa maneira. Ora, todas as dificuldades daquela fase acabam por se projectar na eficácia da segunda, mas esta, deve abandonar a mera outorga de formulários, mas outrossim, registando, garantir o discernimento, a suficiência da informação e a manifestação da vontade. É algo mágico: daqui a opção por um elixir da recusa.” (p.101).

A abordagem sociológica das questões do envelhecimento, mormente, a problemática dos idosos institucionalizados, é um domínio polissémico e que carece de constante debate e reflexão. É isso que nos apresenta Tatiana Marques no seu trabalho intitulado “*O olhar foucaultiano sobre o envelhecimento e a gerontologia: notas para uma reflexão*”. Tomando como pano de fundo a teoria social de Michel Foucault, a autora interroga pela aplicabilidade dos conceitos de *arqueologia* e *genealogia*, procurando desta forma “compreender como o envelhecimento é socialmente construído nos discursos privilegiados pelas profissões e disciplinas das áreas sociais, e como tais ordens discursivas legitimam as narrativas, fornecidas por esses grupos, no âmbito do controlo e da regulação das experiências e vivências das pessoas idosas institucionalizadas” (p.125). Em síntese, ao longo do seu trabalho, Tatiana Marques esgrime argumentos e fundamentos para justificar que “o uso da teoria foucaultiana na gerontologia é uma nova abordagem para interpretar e problematizar os sistemas de conhecimento. Esta abordagem dá-nos acesso a novas questões, outros objetos de investigação, diferentes dimensões epistemológicas e ontológicas para a análise gerontológica, apesar de conservar a inquietação para com a dinâmica do *poder* e do *conhecimento*, integrada e (re)produzida pela política social” (p.134), salientando que “Michel Foucault, tanto pela profundidade do pensamento como pela virtuosidade da escrita, influenciou e influencia o pensamento social da nossa época (...). Por conseguinte, estamos convictos no que respeita à Sociologia, em geral, e ao envelhecimento e à crítica gerontológica, em particular, que a ênfase dada às relações de poder, contribuiu para que hoje, os estudos sobre os idosos e as instituições sociais ocupem um lugar privilegiado dentro do panorama sociológico contemporâneo” (p.140).

O último artigo deste nº 5 D&S, intitulado “*Formação e desenvolvimento profissional dos técnicos de diagnóstico e terapêutica em Portugal*”, é um trabalho conjunto entre Carlos da Silva, António Abrantes, Paula Soares, Tânia Silva, Rui Almeida e Luís Ribeiro, onde os autores apresentam a trajetória da evolução das lógicas de profissionalização dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Discute-se numa perspetiva vivenciada pelos autores “controvérsias e dilemas da formação e desenvolvimento profissional dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT), tomando ainda como exemplo, a necessidade de um “novo” olhar na formação avançada (2º ciclo), mormente nos domínios mais plurais e transversais a todas as áreas dos TSDT, tais como no campo da avaliação das tecnologias da saúde” (p.144). Para os autores, as propostas de formações como as de um 2º ciclo em ATS constituem novos espaços de afirmação identitária que procuram reforçar a coesão de todos os grupos de TSDT, contribuindo assim “para o reforço do reconhecimento profissional junto dos demais grupos profissionais das organizações de serviços de saúde.” (p.60)

Para finalizar esta nota de apresentação do nº5 D&S, a Direção e Coordenação Editorial agradecem a disponibilidade e a preferência dos autores na escolha da nossa revista D&S para divulgar publicamente os seus trabalhos científicos. Uma palavra de apreço aos autores das fotografias das capas que nos concederam os direitos de publicação, e ao trabalho voluntário de todos os colaboradores, que em horas “impróprias” foram desenvolvendo o trabalho nos bastidores para que seja possível materializar a alocação *on-line* e a construção das matrizes para as impressões em papel. Uma nota especial para o Dr. João Morgado e a todos os colaboradores do Serviço de Reprografia da Universidade de Évora que nos apoiaram incondicionalmente nos processos de edição impressa.

Os coordenadores do nº. 5 da revista *Desenvolvimento e Sociedade*:

Carlos da Silva & Maria da Saudade Baltazar